

DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: INTERSEÇÕES ENTRE PROJETOS PEDAGÓGICOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

Jefferson Aleff Bezerra Batista¹

¹Graduado em Arquitetura e Urbanismo (Unicatólica – Quixadá-CE), Mestre em Educação (Universidade Regional do Cariri – URCA), Iguatu-CE, jeffersonaleff2@gmail.com

Resumo

A entrada dos povos africanos no Brasil, permitiu a espacialidade cultural, no sentido da propagação de tecnologias, costumes e crenças, culminando na elaboração de um patrimônio cultural. Entretanto, persiste uma historiografia dita oficial que nega e/ou invisibiliza a produção espacial da população negra, fazendo-se necessária uma discussão crítica acerca das necessidades curriculares e das lacunas decorrentes de aspectos da formação acadêmica pautadas no olhar eurocêntrico que invisibiliza a história das populações negras e suas culturas. Neste sentido, é preciso repensar a historicidade, buscando refletir acerca das contribuições das populações negras, e o que pode ser alcançado com o estudo das africanidades. Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o tratamento destinado à temática étnico-racial em cursos de Graduação em arquitetura e urbanismo no estado do Ceará, a fim de contribuir com uma educação antirracista no ensino superior. O estudo tem caráter exploratório com abordagem qualitativa com base nas pesquisas afrodescendentes, tendo como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica a exemplo de Monteiro (2007), Schlee (2010), Malacrida (2010), Cunha Junior (2001), Moassab (2017) e Silva (2019), bem como a pesquisa documental a partir da análise das novas Diretrizes Curriculares Nacionais - Resolução CNE/CES nº 952/2023 e dos Projetos Pedagógicos de Curso de seis Instituições de Ensino Superior localizadas no estado do Ceará. Os resultados da pesquisa, em geral, indicam que nos currículos dos cursos analisados não há ausência, mas há ineficiência no trato de conteúdos sobre a temática étnico-racial, no que tange a valorização da cultura negra e a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira. Assim, faz-se imprescindível a materialização das reformas curriculares para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, a partir da adoção de modelos educativos reflexivos que incorporem aos projetos pedagógicos de curso, às disciplinas e às ementas, questões emergentes e favoráveis à educação das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Africanidades; Currículo; Temática Étnico-Racial.

Introdução

A história da educação brasileira traz em seu seio indicador o histórico bem diferenciado que provoca marcas nos sujeitos que, por mais de três séculos, viveram à margem do processo educacional formal deste país. A exclusão dos afrodescendentes, através dos manuais e livros que compõem a história, marca a sociedade brasileira até os dias atuais. Para entender a complexidade do tema abordado, faz-se necessário entender que no Brasil, historicamente, não

há como negar as relações desiguais de poder travadas entre as diferentes matrizes culturais e sociais.

O silêncio comum em torno do racismo nos espaços educativos caracteriza a forma como este espaço reproduz a discriminação racial; entretanto, a luta antirracista em suas diversas dimensões desenvolvida pelo movimento negro, por pesquisadores e pesquisadoras negros (as), brancos (as) e docentes, tem contribuído para o rompimento com a produção do silêncio, instaurando novos padrões de lidar com as discriminações raciais. Tomando-se o que diz Nascimento (2019), o currículo não é um elemento neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social, vai muito além de algo técnico e estático no qual professores se baseiam para estruturar seus conteúdos em sala de aula.

Como analisa Silva (2019), o currículo é formador de identidades e sua organização se dá dentro de uma relação de forças em que prevalece os interesses de quem detém o poder, o que influencia no processo de apropriação das práticas culturais da sociedade. Por conta disso, acreditamos na importância de tratar sobre essas relações de poder que dão suporte ao racismo dentro dos ambientes educacionais em geral, visto que os currículos possuem uma base eurocêntrica de conhecimentos, na qual são omitidos ou silenciados os conhecimentos produzidos pela população negra, assim como as práticas sociais realizadas pelos africanos.

As representações africanas ficam restritas ao imediatismo, a atos simples e improvisados não condizentes com um pensamento racional. Superar tal perspectiva ideológica e elitista significa ir além do discurso dos africanos e afrodescendentes, como fator de produção, inerente ao escravismo criminoso¹ e de modo posterior, a economia capitalista.

É necessário partir do entendimento que, a entrada dos povos africanos no Brasil, mais tarde, a presença dos afrodescendentes, permitiu a espacialidade cultural, no sentido da propagação de tecnologias, costumes e crenças, culminando na elaboração de um patrimônio cultural (Cunha Junior, 2001). Nesse contexto, o/a educador/a deve contextualizar a relação estudante-comunidade, onde, as práticas espaciais cotidianas devem ser valorizadas e sistematizadas criticamente em sala de aula.

Segundo Souza (2021), a educação das relações raciais se apresenta na atualidade como uma possibilidade para tratar a diversidade, através do incentivo de conhecimento sobre a pluralidade Étnico-Racial e da reeducação de atitudes, valores, posturas dos cidadãos, através

¹ O termo escravismo criminoso é utilizado como conceito semântico de importância para as populações negras na produção da história do Brasil. Utilizamos a concepção de escravismo criminoso como forma de combatermos as simplificações da explicação do processo escravista na sociedade brasileira e a naturalização pela história oficial desse fenômeno histórico. (Cunha Junior, 2020).

do diálogo, negociar e interagir com diferentes culturas. A partir disso, já se podem propor reflexões sobre história africana e cultura afro-brasileira, que devem ser somadas ao debate de raça e racismo na sociedade brasileira. Para tal, diferentes áreas profissionais devem ser expostas a leituras e práticas curriculares que contribuam para uma sociedade sem desigualdades raciais e sem racismo.

Para a realização da pesquisa, utilizamos o método de pesquisa afrodescendente desenvolvido por Cunha Júnior (2001), que possibilita a/ao pesquisadora/or a inserção na ambiência pesquisada como parte da realidade, tendo como finalidade a ação política de transformação social, visibilizando a população negra e suas produções históricas e culturais.

Fundamentados/as no método da afrodescendência, realizamos uma pesquisa bibliográfica, onde usamos como base, narrativas de confrontação ao eurocentrismo, fundamentadas nos estudos de Cunha Júnior (2001), Nascimento (2019) e Barros (2013), que possibilitaram uma leitura e mais complexa e crítica sobre a ancestralidade material e imaterial presente na cultura africana e afro-brasileira. Como forma de superação da ideia de africanos e afrodescendentes serem vistos como subalternos e inferiores culturalmente, optamos por produções acadêmicas que colocam a negritude como protagonista da sua história.

A contribuição teórica desses autores foi fundamental para a reflexão das diversas experiências educativas que nos cercam, analisando o papel dessas experiências no sentido de estruturação e manutenção das culturas, rompendo as relações de poder que encobrem e naturalizam discriminações e preconceitos, gerando assim um meio para combater o racismo acadêmico.

Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar a abordagem da temática étnico-racial nos cursos de Arquitetura e Urbanismo com base nos seus projetos pedagógicos, a fim de pensar novas diretrizes curriculares antirracistas. Tal proposição pode ser considerada como uma possibilidade de mudanças em práticas sociais humanas, apontando para o papel que os negros proporcionaram à formação do povo brasileiro e dando o seu devido reconhecimento.

Interseções entre os projetos pedagógicos de curso

Através dessa interseção procuramos estabelecer um diálogo entre os PPCs de Arquitetura e Urbanismo de maneira a buscar pontos de semelhança e/ou divergência entre eles, sendo possível compreender como as IES procuram reestruturar suas propostas de ensino consoante às reformas curriculares e às demandas sociais. Faz-se necessário reiterar que, a educação política não nasce do esforço de uma pessoa ou de várias pessoas em esforços

individuais, sendo uma tarefa que só pode ser desenvolvida no coletivo (Gandin, 2001, p.109). Nesse sentido, a construção de um Projeto Pedagógico de Curso pressupõe um ato político que implica ações democráticas para que o interesse coletivo seja atendido.

De modo geral, no que concerne à educação para as relações étnico-raciais, fica evidente que a grande maioria dos projetos pedagógicos analisados abordam com superficialidade a questão da diversidade, sendo possível inferir um grau de neutralidade quanto ao trabalho da pauta racial em seus documentos oficiais. As mudanças preconizadas pela CNE/CES nº 952/2023 não representaram avanço significativo, apenas revelaram a forma genérica como a diversidade étnica e cultural são tratadas nos em quase todos os projetos investigados, com ressalva para o PPC da Faculdade São Francisco do Ceará (FASC), que apresenta consonância com a Resolução CNE/CP Nº 01/2004, na qual aprofundaremos adiante.

Portanto, a mudança que se almeja para a educação das relações étnico-raciais ainda enseja que não apenas aprovelem dispositivos legais para a promoção de inflexões no cenário educacional ou mesmo que os Instituições de Ensino Superior elaborem seus projetos à luz das diretrizes. As transformações não dependem apenas de prescrições, mas de ações e reflexões sobre o fazer pedagógico, dos mecanismos que o aprisiona em tradições reproduzidas e não questionadas.

Considerando o exposto, o fazer pedagógico deve oferecer aos alunos oferecer aos alunos instrumentos técnico-científicos eficazes que possam criar soluções para os problemas de organização do espaço físico, bem como desenvolvendo pesquisas e identificando necessidades prementes e futuras que atendam e deem conforto aos indivíduos, aos grupos sociais e à comunidade, visando o bem-estar do homem, sua interação com o meio ambiente e a valorização e preservação do patrimônio arquitetônico histórico, regional e ambiental (Oliveira, 2021).

Como se pode analisar no trecho acima, o desenvolvimento de pesquisas é definido como parte importante do curso, bem como a previsão de que os futuros profissionais sejam capazes de identificar e atender as necessidades dos grupos sociais, promovendo a valorização do patrimônio cultural, inclusive local. Contudo, conforme colocado anteriormente, há diversos casos de cursos de IES que não dão, nos seus currículos, as bases necessárias para que o discente possa se aprofundar em conhecimentos relacionados às contribuições africanas e afro-brasileiras que dão as bases para reconhecimento, na arquitetura e no urbanismo, de bens culturais que representem a importância desses grupos sociais.

Deste modo, os cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo selecionados para esta pesquisa, encontram-se ofertadas nas seguintes IES: Universidade Federal do Ceará – UFC,

Faculdade Ieducare – FIED, Faculdade Luciano Feijão – FLF, Centro Universitário Católica de Quixadá – UNICATÓLICA, Faculdade São Francisco do Ceará – FASC e Universidade Regional do Cariri – URCA.

Com a finalidade de aferir a coerência entre teoria e prática, ou seja, averiguar se existe ou não a aplicação da Resolução CNE/CES nº 952/2023 no que tange a pauta étnico-racial a partir da abordagem da história e cultura africana em disciplinas específicas, foram selecionadas os componentes curriculares de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, presentes no eixo formativo referente ao Núcleo de Conhecimentos Profissionais dos projetos de curso investigados.

Desse modo, dentro dos projetos investigados, as disciplinas de teoria e história formam um bloco que se insere em quase todos os períodos, fornecendo-lhes o instrumental teórico-histórico compatível à crescente complexidade do curso. Sendo assim, entende-se que as disciplinas de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo (THAU), cujos conteúdos abrangem amplo contexto histórico, conceitual e metodológico da produção da arquitetura e do urbanismo, ao longo da história humana, visam, sobretudo, restaurar a imprescindível relação entre a história, a teoria e a prática projetual. A história é o instrumento fundamental para o exercício sistemático da reflexão, da cogitação e da formulação do pensamento crítico aos fatos e processos da arquitetura e do urbanismo.

As disciplinas que compõe o grupo da primeira categoria, são responsáveis por abordar a teoria e a história da arquitetura e do urbanismo a partir de uma análise do cenário internacional, apresentando aos estudantes um panorama da história a partir da Antiguidade, apresentando os contextos (histórico, cultural, social, religioso, ambiental e econômico) e analisando como estes se desenvolveram ao longo dos anos. Ao observarmos a tabela acima, é possível perceber, nas temáticas recorrentes trabalhadas nessa categoria de análise, as influências de contribuições estilísticas europeias e norte-americanas através de temas como: Arquitetura Clássica em Grécia e Roma, bem como a Arquitetura Pós-Clássica no Maneirismo, Barroco e Rococó.

Quanto à análise do conteúdo programático das disciplinas, notou-se grande destaque na historiografia clássica da arquitetura e do urbanismo, a partir de estudos sobre: Grécia clássica, cidade helenística, proposta urbanística monumental em Roma, arquitetura Românica e Gótica, Renascimento e Idade Média, ciclo pós-clássicos, Maneirismo, Barroco e Rococó. Conforme análise, foi possível observar o foco dado pelas ementas, nas contribuições de outros continentes que não do africano, onde em todas as disciplinas, os únicos temas que são declaradamente relacionados ao continente africano são o “Egito e Mesopotâmia antigos”,

ainda assim, tratando-se de uma pequena porção territorial frente às dimensões continentais que possuem.

A pouca inserção da temática da contribuição africana nos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo encontra respaldo nas colocações de Mascarenhas e Kühl (2016) ao afirmar que a Arquitetura Africana é geralmente esquecida na hora de montar a matriz curricular dos cursos de Arquitetura. Priorizam-se os estudos arquitetônicos vindos da Europa e Estados Unidos, muitas vezes esquecendo os originários da Ásia, Oriente Médio, Indígena e Africano. O mundo ocidental não valoriza a arquitetura africana, e, com exceção da egípcia, não a considera digna de reconhecimento, sendo ela tabelada como primitiva e “apenas para abrigo” (Mascarenhas; Kühl, 2016, p. 1).

Geralmente, na grande maioria dos currículos acadêmicos, o Egito é ensinado como um território isolado, que costumeiramente pessoas associam este país ao continente europeu. O povo do Egito antigo era negro (Diop, 1983), porém o processo de construção de uma imagem eurocêntrica do povo egípcio se dá de forma articulada, onde os relatos históricos apagam as menções à negritude dos egípcios e a arte e a literatura ocidentalizam sua imagem (Silva; Pinheiro, 2018).

A partir de uma narrativa eurocentrada, estabeleceu-se que a Antiga Grécia é o berço de nossa civilização, esquecendo tudo aquilo que os gregos produziram em diálogo com o continente africano decorrente de suas viagens constantes a Alexandria (Silva; Pinheiro, 2018). Pensar um Egito negro e africanamente cartografado gera um incômodo para muitas pessoas, pois a África é um continente de conquistas e feitos, onde se produziu e se produz arte, ciência, tecnologia, filosófica etc.

Dentre as várias produções científico-tecnológicas do Egito (no campo astronômico, medicinal, matemático, linguístico), destacamos aqui um pouco das suas contribuições no campo arquitetônico. Como possibilidade de inserção dos debates sobre as contribuições das civilizações africanas na história mundial da humanidade, citamos os estudos de Cunha Junior (2023, p.17) ao afirmar que a tecnologia das grandes construções no continente africano é milenar, tendo a tecnologia do ferro aparecido no continente africano há 2.000 anos antes da era cristã.

Dando sequência na análise das ementas, dentre os demais temas relativos ao ensino da teoria e história da arquitetura e urbanismo, a prática corrente dentro do grupo de disciplinas da segunda categoria é a valorização de elementos urbanos de acordo com seus valores estéticos e históricos. Nesse sentido, observou-se que são estudados e considerados importantes conteúdos

que herdaram traços neoclássicos, neogóticos, ecléticos ou de outros estilos do século XIX que traduzem influências estrangeiras – mas geralmente não africanas.

Partindo para a análise do conteúdo programático das disciplinas, percebemos que o centro dos debates se concentram nos estudos sobre a Revolução Industrial e as transformações sociais e tecnológicas na arquitetura e na cidade; a evolução do processo de urbanização das cidades a partir do aprofundamento das teorias de Robert Owen, Willian Morris, Haussmann; Movimentos de Vanguarda Europeia, *Arts and Crafts*, *Art Nouveau* e *Art Decó*. Os conteúdos presentes na categoria 2 – Pré-moderna, destacam estilos e arquitetos predominantemente europeus e norte-americanos, reforçando o imaginário de que a Europa é a única fonte de desenvolvimento cultural e estético.

No pensamento urbanístico, a concepção de cidade é orientada pela história das cidades, dentro de uma visão eurocêntrica, onde geralmente inicia-se pensando a habitação e a vida em coletividade, tendo como base a alegoria da caverna de Platão (Cunha Junior, 2019). Faz referência aos feitos de Leonardo Da Vinci, passa para a história das cidades europeias (Benevolo, 2003) como sendo a história das cidades do mundo e mergulha nas discussões da Carta de Atenas (Le Corbusier, 1942) e suas consequências entre franceses, ingleses e americanos (Ducci, 2009).

O processo de urbanização brasileira imprimiu às metrópoles e cidades conceitos e formas de conceber a cidade, no sentido europeu dos conceitos, formalizando o conceito de padrão periférico que engloba loteamento ilegal, a autoconstrução e os distantes conjuntos habitacionais desprovidos de equipamentos urbanos e de espaços públicos (Cunha Junior, 2019). Apenas o Pan-africanismo ² faz uma ruptura conceitual e real como os processos da dominação ocidental que invisibilizam as populações africanas nas diversas áreas do conhecimento científico (Gomes, 2014).

Conforme nos diz Videira (2008), a mudança da cidade republicana foi realizada pela cópia do urbanismo e das edificações em estilo da *belle epoque* francesa, onde as cidades brasileiras de norte a sul realizaram suas revoluções urbanísticas e estilísticas com a premissa de renovação civilizatória europeia. No entanto, ao apresentar o fenômeno do processo de urbanização das cidades, os currículos dos cursos investigados, não debatem de forma crítica

² O movimento Pan-africano utiliza-se da filosofia africana e dos modos de pensar as representações cosmológicas das sociedades africanas e fundamenta os diversos aspectos da unidade africana. A perspectiva Pan-africana não é a de ignorar ou desprezar as informações eurocêntricas, mas de manter uma autonomia em relação a ela, permitindo conceituar e teorizar sobre os diversos aspectos da vida humana, inclusive o urbanismo, como veremos adiante (Kumah-Abiwu; Ochwa-Echel, 2013).

os malefícios oriundos do racismo antinegro e das segregações espaciais urbanas sobre a população negra.

O grupo de disciplinas que compõem o estudo e a análise da produção da arquitetura e do urbanismo do Brasil no seu contexto histórico, econômico, social e cultural. observa-se que todos os conteúdos programáticos das ementas analisadas, ao abordar a história da arquitetura e do urbanismo no cenário brasileiro, retratam o período colonial e suas construções coloniais (de influência portuguesa) e os estilos arquitetônicos importados da Europa e implementados em território nacional, como o Barroco e o Rococó.

Dentre os demais temas relativos a inventário da historiografia da Arquitetura no Brasil, a prática corrente dentro do curso é a de ver e estudar as populações negras apenas como mão de obra de trabalhos forçados. Contudo, é preciso criticar o fato de que as referências utilizadas para esses estudos tem uma base extremamente eurocêntrica, onde por exemplo, a casa colonial é tida como patrimônio porque representa adaptações do modelo português de ocupação no nosso território brasileiro, e assim, geralmente são consideradas patrimônios culturais as construções que traduzem essa ótica de valor histórico e artístico. A cultura de dominação ocidental naturaliza o escravismo brasileiro e desconsidera o legado cultural intelectual das populações negras, apesar das condições de vida impostas pelo sistema escravista (Querino, 1980).

Nesse tocante é relevante um debate acerca das africanidades e afrodescendência, imprescindível para o trato da temática afrodescendente, sobretudo na arquitetura e no urbanismo. Sistematizados por Cunha Junior (2001, p. 10), o conceito de afrodescendência implica que a matriz africana foi recebida e desenvolvida no Brasil, já a africanidade foi transportada através do oceano atlântico e desenvolvida no novo território dando respostas as condições geográficas, sociais, políticas e econômicas novas.

Segundo o mesmo autor, a afrodescendência implica na existência de um patrimônio cultural, intelectual e civilizatório desenvolvido no Brasil, tendo como base o capital cultural diverso africano, sem, contudo, perder os eixos de força da africanidade. Esta maneira de interpretação da história permitiu relacionar as formas de trabalho e conhecimentos africanos com as realizadas no Brasil e revelar as tecnologias africanas importantes na formação histórica desse país (Cunha Junior, 2001).

Ao estudarmos a arquitetura do período colonial brasileiro, vemos que esta foi uma adaptação do modelo português, considerando a ambiência climática local, onde para as edificações mais simplórias tinha-se o “pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão”, já para as mais sofisticadas utilizava-se “pedra e barro”, “pedra e cal” ou tijolo, este, “comum apenas nas

fachadas dos edifícios sendo as paredes restantes feitas de taipa”, e o telhado era de duas águas, pelo qual, a água da chuva caía no quintal e na rua (Farias Filho, 2007, p. 56).

Esse tipo de edificação é vista como inferior, por está a cargo da mão de obra escravizada, como se não houvesse um conhecimento técnico. Entretanto, Weimer (2008) nos fala sobre a relevância que os povos africanos e seus descendentes tiveram para a formação arquitetônica brasileira, onde se inclui arquiteturas rurais e urbanas. Muitos africanos e afrodescendentes possuíam mão de obra especializada em construções arquitetônicas, mas isso não é evidenciado quando se pretende preservar bens arquitetônicos pertencentes ao Estado e aos grupos hegemônicos.

O Negro torna-se “invisível”, não só no imaginário social, mas, sobretudo, nas cidades, nas paisagens urbanas, nas narrativas, nas presenças urbanas, produtores de arquiteturas como um elemento civilizador, cuja cultura nos legou arte, língua, técnicas, culinárias e modos de ser e estar no mundo. Mas esse negro, construtor de cidades, nunca teve seu capítulo escrito na história da arquitetura e do urbanismo no Brasil (AFROCIDADES, 2018). Nesse sentido é preciso suplantar as ideologias de negação e invisibilização dos fazeres arquitetônicos de africanos e afrodescendentes, sendo imprescindível a presença, nos currículos dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, do ensino das relações étnico raciais, história e cultura africana e afro-brasileira.

Conclusões

Podemos concluir com os resultados da presente pesquisa que, a reformulação dos currículos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo investigados, no que concerne a inserção da temática étnico-racial, não depende apenas das Diretrizes e orientações sancionadas pelo Governo Federal. Essa reestruturação também depende da concepção teórica adotada e defendida pelas IES sobre o reconhecimento das contribuições da população negra a partir de práticas pedagógicas antirracistas.

Nesse contexto, fica evidente que nos currículos analisados não há ausência, mas há ineficiência no trato de conteúdos sobre a temática étnico-racial, no que tange a valorização da cultura negra e a contribuição africana para a formação da sociedade brasileira. Há de se refletir sobre o não cumprimento da legislação por parte de algumas Instituições de Ensino, gerando assim uma resistência às inflexões necessárias para interromper os processos de produção das desigualdades no ensino superior.

Nesse sentido, a materialização das reformas curriculares para os cursos de Arquitetura e Urbanismo, faz-se imprescindível para que a formação dos estudantes e futuros profissionais, viabilize novos contornos educacionais mais igualitários. A mudança no cenário educacional brasileiro é possível a partir da adoção de modelos educativos reflexivos que incorporem aos projetos pedagógicos de curso, às disciplinas e às ementas, questões emergentes e favoráveis à educação das relações étnico-raciais.

A universidade, ao silenciar e negar esses conhecimentos, reforça práticas racistas presentes na sociedade brasileira, sendo necessário romper com a lógica eurocêntrica e epistemológica historicamente pautada na valorização ocidental, desvalorizando as contribuições das sociedades africanas, muitas vezes negadas e silenciadas por um currículo que não contempla a questão racial e a diversidade étnico-racial nas diversas áreas da Arquitetura e do Urbanismo.

Referências Bibliográficas

AFROCIDADES. Carta-aberta as faculdades de arquitetura e Urbanismo do brasil. Salvador e suas Cores, 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, Fortaleza, v.2, n. 42, p. 1-11, 2001.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Figo e figueira dos faraós dos jardins do antigo Egito**. Revista África e Africanidades. 2023.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Se eu fosse ensinar filosofias africanas, eu as ensinaria com a hermenêutica do bem viver. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico** (Online), v. 225, p.10, 2020-2.

DIOP, Cheikh Anta. **A origem dos antigos egípcios**. IN: MOKHTAR, G. (Org). História Geral da África: A África antiga. São Paulo: Ática/ UNESCO, 1983. Cap. I, 39-70.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MALACRIDA, S. A. **O Sistema de Ensino Belas Artes no Curso de Arquitetura da École des Beaux-Arts de Paris em sua tradição e ruptura: legado de saber e poder**. 2010.

MASCARENHAS, Filipe Reisner; KÜHL, Gracieli Erna Schubert. A Arte africana na Arquitetura Contemporânea. **Anais do 14º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, 2016.

MOASSAB, A. Por uma Arquitetura Decolonial: o Curso da Unila e a Integração pela Habitação Social, Justiça Ambiental e Direitos Humanos. **Seminário Internacional A Dimensão Social da Formação Profissional**. Out. de 2017.

MONTEIRO, A. M. R. G. et al. **O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no Estado de São Paulo no período de 1995 a 2005.** 2007.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. São Paulo: Editora Filhos da África, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Rocha de. Representatividade Afro-brasileira no Patrimônio Material Urbano: avanços e desafios. **Cadernos Naui**: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 14-33, jan./jun. 2021.

SCHLEE, A. R; SANTOS JÚNIOR, W. R; COSTA, F. J. M; GUTIERREZ, E. J. B; OLIVEIRA, I. C. E; MARAGNO, G. V. **Trajetória e estado da arte e da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia.** Volume X: Arquitetura e Urbanismo. 1a. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e CONFEA, 2010. v. X. 188p.

SILVA, C. S. da. **Do Quilombo Sítio Veiga à Universidade: uma experiência extensionista antirracista no Sertão Central cearense - UFC.** 2018. 196f. - Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2018.

SILVA, Meryelle Macedo da. S586p Patrimônio arquitetônico afrocratense: implicações educativas/ Meryelle Macedo da Silva. – Crato-CE, 2019.

SOUSA, E. S. A pedagogia do oprimido: uma alternativa crítica ao currículo e a didática da escola tradicional no Brasil. **REVISTA FUNDAMENTOS**, v. 2317, n. 2754, p. 43, 2021.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP

Associação Nacional de Instituições de Ensino Superior